



JUL.2012

Indicador Paulistano

BOLETIM PAULISTANO
DE CONJUNTURA SOCIAL E ECONÔMICA

25



SUMÁRIO

	Págs.
1. Conjuntura Econômica	2 a 6
2. Acompanhamento da Execução Orçamentária do Município	7 a 12
3. Evolução das Despesas da CMSP e TCMSP	13 e 14
4. Índices de Aderência Orçamentária	15 a 18
5. Evolução Recente e Perspectivas Econômicas 2012 – Indústria e Serviços	19 a 25

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 2012

Presidente	José Políce Neto
1º Vice-Presidente	Claudio de Sousa
2º Vice-Presidente	Dalton Silvano
1º Secretário	Ítalo Cardoso
2º Secretário	Toninho Paiva
1º Suplente	Cláudio Prado
2º Suplente	Noemi Nonato

CONSULTORIA TÉCNICA DE ECONOMIA E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Consultores Técnicos Legislativos
Economistas: Adriano Nunes
Borges, Alexandre Henrique Cardoso,
Bruno Nunes Medeiro, Emerson
Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda
Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues
Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina
Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani
Policano, Sidney Richard Sylvestre e
Thiago de Carvalho Alves.

1 CONJUNTURA ECONÔMICA

1.1 Atividade Econômica

Em maio, a atividade econômica no país, de acordo com o Índice de Atividade Econômica do Banco Central – IBC-Br, apresentou um recuo de 0,02% em relação a abril, na série sazonalmente ajustada. Com este resultado, o crescimento acumulado nos cinco primeiros meses do ano foi de apenas 0,07% em relação ao mesmo período de 2011. O crescimento acumulado em 12 meses (últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores) segue numa trajetória declinante, atingindo 1,39% em maio.

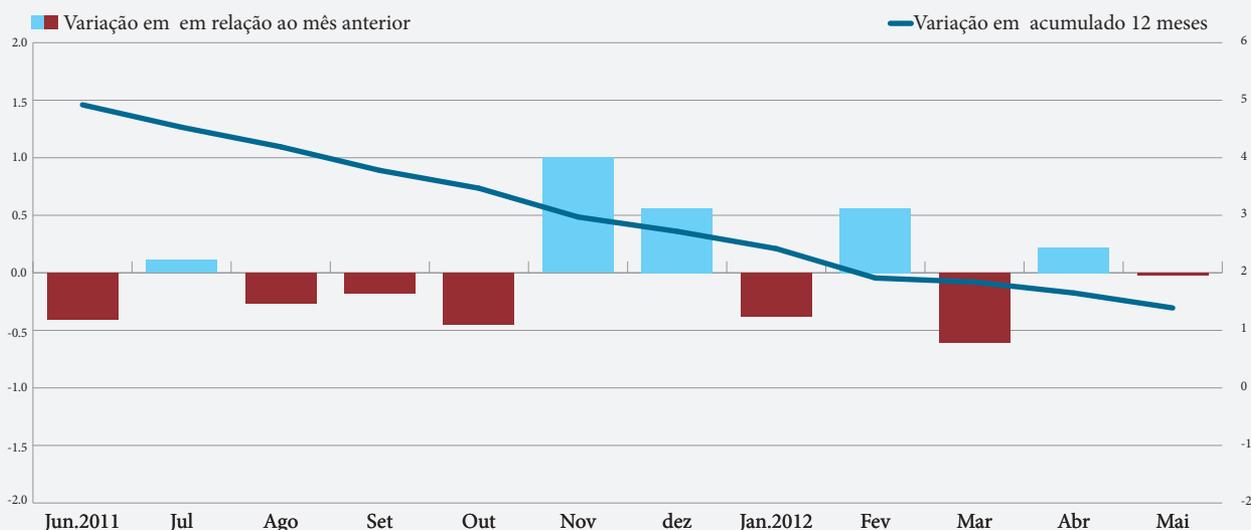
Com relação à economia paulista, o índice regional de atividade econômica do Banco Central, IBCr-SP, registrou queda de 0,66% em maio na série sazonalmente ajustada. Com este resultado, o crescimento acumulado em 12 meses segue também numa trajetória declinante, atingindo 2,85% em maio (Gráfico 1.2).

O volume de vendas do comércio varejista do estado de São Paulo, em maio, recuperou-se após queda observada no mês anterior. Em abril, o volume de vendas havia recuado 0,15% em relação a março; e em maio apurou um crescimento de 0,76% sobre o volume de abril na série com ajuste sazonal



Gráfico 1.1

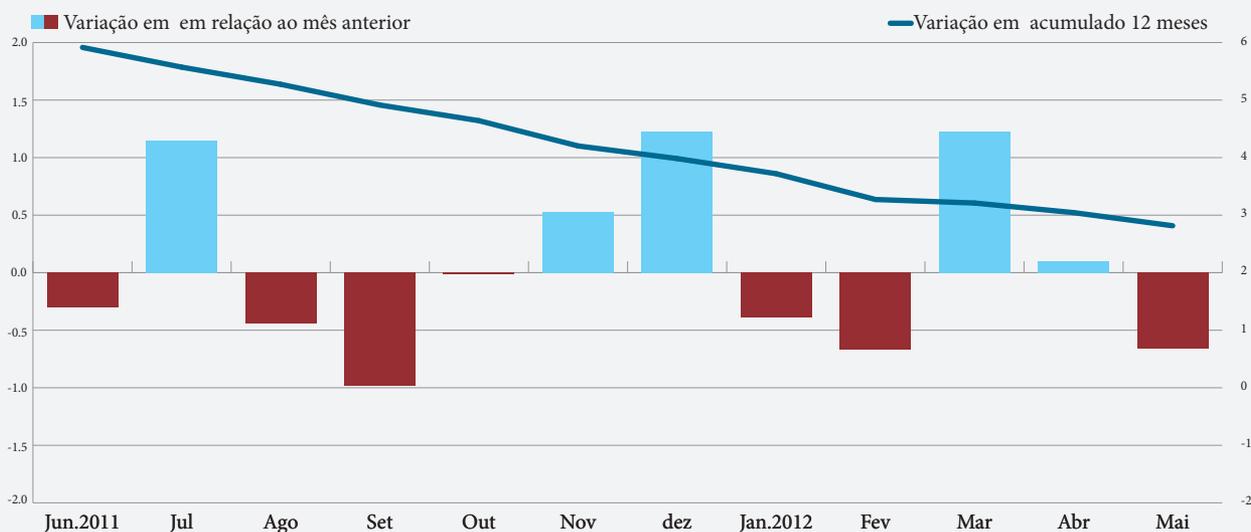
IBC-Br – Índice Mensal ajustado Sazonalmente e Cresc. % Acumulado em 12 meses



Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 1.2

IBC-SP – Índice Mensal ajustado Sazonalmente e Cresc. % Acumulado em 12 meses



Fonte: Banco Central do Brasil

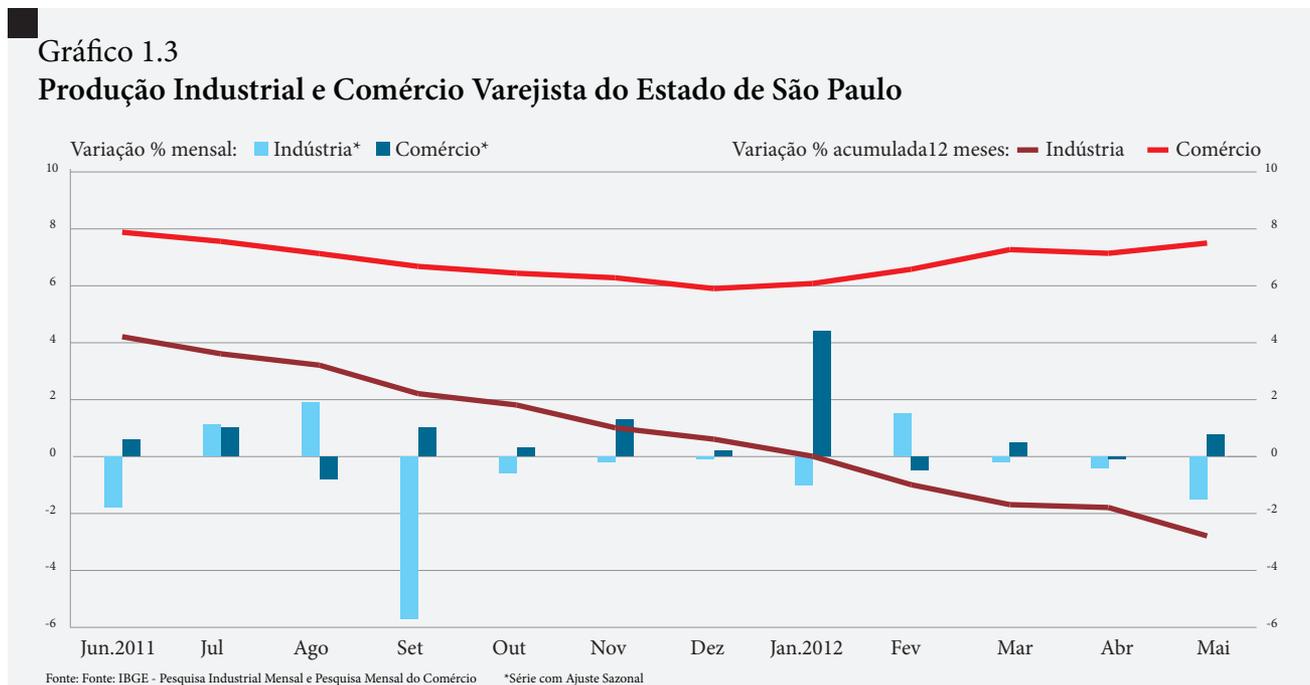
(fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE). Nos 12 meses encerrados em maio, o comércio varejista acumulou expansão de 7,49% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores (jun/10 a mai/11).

A produção industrial do estado de São Paulo apresentou, em maio, queda pelo terceiro mês consecutivo. Em relação a abril, a redução foi de 1,45% na série com ajuste sazonal (fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE). Com esta queda, a indústria paulista acumulou nos últimos 12 meses (jun/11 a



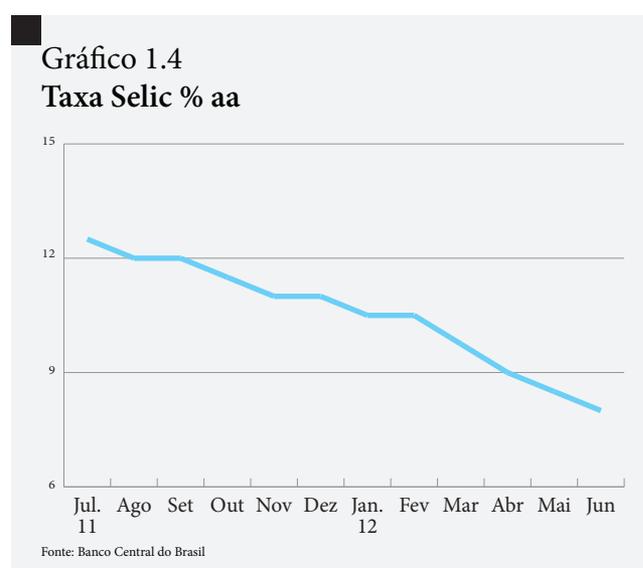
mai/12) contração de 2,76% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores (jun/10 a mai/11).

O Gráfico 1.3 apresenta a variação mensal e acumulada em 12 meses da produção industrial e do volume de vendas do comércio varejista paulista.



1.2 Política Monetária e Fiscal

Na reunião do Comitê de Política Monetária - Copom de julho, a taxa básica de juros, a Selic, foi, novamente, reduzida em 0,5%, para 8,0% (Gráfico 1.4). O Copom reforçou o entendimento que a fragilidade da economia global segue contribuindo para reduzir as pressões inflacionárias sobre a economia nacional, e desta forma, permitindo que seja possível estimular a atividade econômica, através da redução da taxa de juros, com baixo risco sobre a trajetória da inflação.



O saldo das operações de crédito realizadas pelo sistema financeiro apresentou, em junho, crescimento de 1,5% em relação a maio; com isso, o esto-



Gráfico 1.5
Estoque Total de Crédito em % do PIB

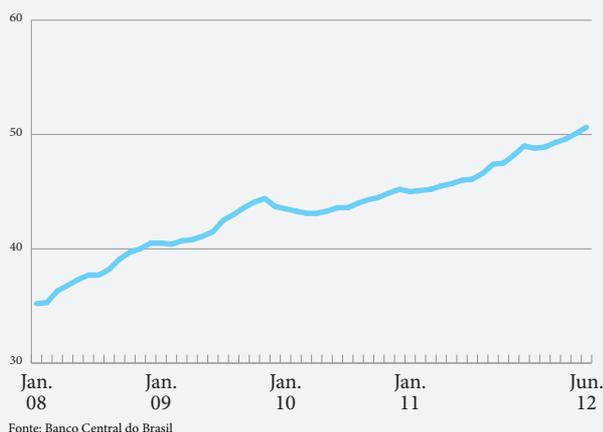


Gráfico 1.6
Superávit Primário do Setor Público Consolidado - acumulado em 12 meses - % do PIB



que total de crédito atingiu valor equivalente a 50,6% do PIB, maior percentual da série histórica iniciada em 2001. Em maio, o percentual era de 50,1% do PIB (Gráfico 1.5).

Em relação à política fiscal, o superávit primário (diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras) do setor público consolidado foi de R\$ 2,8 bilhões em junho. Desta forma, o superávit primário acumulado em doze meses caiu para R\$ 116,2 bilhões, correspondendo a 2,71% do PIB (Gráfico 1.6).

1.3 Taxa de Inflação

Segundo o IPCA/IBGE, a inflação registrada em junho foi de 0,08%, representando uma nova queda em relação ao mês anterior, quando apresentou variação de 0,36%. Dos nove grupos que compõem o IPCA, oito apresentaram diminuição na variação em relação a maio. O grupo que mais contribuiu para a redução do IPCA foi o de “Transportes”, que impactou negativamente o índice em 0,24%. A inflação medida pelo IPC-FIPE também apresentou queda em junho, registrando 0,23%. Em maio, variação nos preços havia sido de 0,35%.

No acumulado em 12 meses, a inflação apurado pelo IPCA permanece trajetória declinante, em 4,92%, e o IPC-FIPE subiu para 4,42% (Gráfico 1.7).

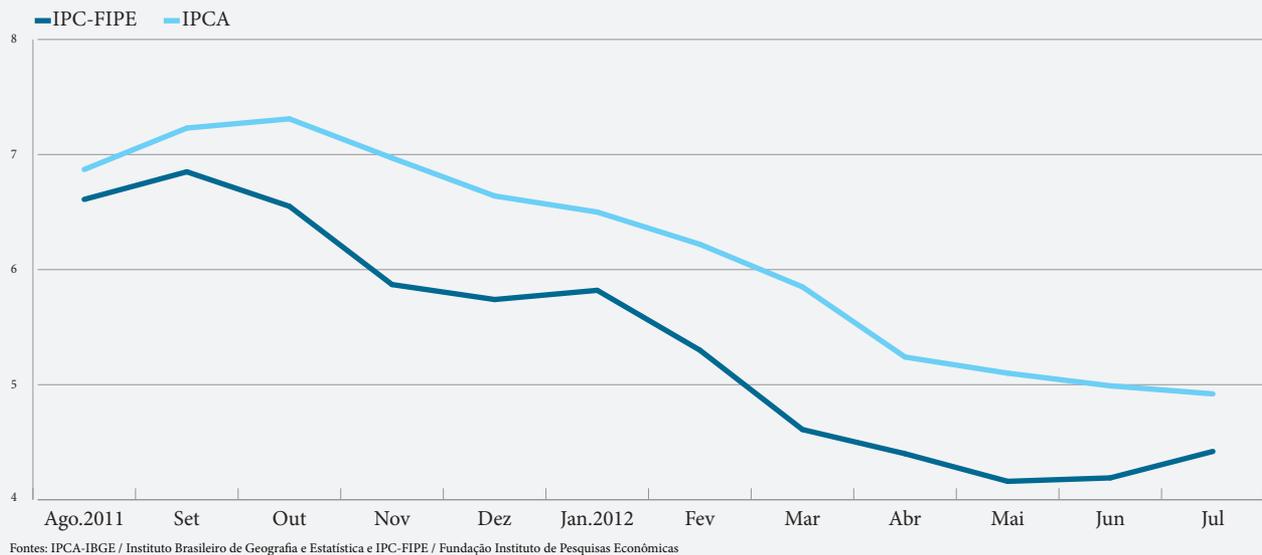
O IPCA-15¹, índice considerado uma prévia do IPCA, apresentou varia-

⁽¹⁾ Para o cálculo do IPCA-15, os preços foram coletados no período de 14 de junho a 13 julho de 2012 e comparados com aqueles vigentes de 15 de maio a 13 de junho de 2012. A metodologia utilizada é a mesma do IPCA, a diferença está no período de coleta dos preços.



ção de 0,33% em julho. O índice havia apresentado, em junho, variação de 0,18%. Os grupos “alimentação e bebidas” e “despesas pessoais” foram os que apresentaram as maiores taxas de variação no mês.

Gráfico 1.7
IPCA/IBGE e IPC-FIPE - Variação Acumulada em 12 Meses (%)



2

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO

2.1 Receita Arrecadada da PMSP

A receita arrecadada pela Administração Direta (PMSP) no mês de junho apresentou crescimento nominal de 57,7% em relação a junho de 2011, somando R\$ 3.428,0 milhões, descontadas as deduções da receita corrente. Considerando a inflação acumulada em 12 meses, a arrecadação de junho apresentou crescimento real de 50,3%.

O alto crescimento da receita foi devido ao aumento das receitas de capital, nas quais houve ingresso de R\$ 950,6 milhões referentes à Operação Urbana Água Espreada.

As receitas correntes, descontadas as deduções, cresceram 8,1% em termos reais, na comparação com junho de 2011. Destaca-se o crescimento da arrecadação de ISS, que se contabilizou expansão real de 16,4%.

No acumulado de janeiro a junho, as receitas, descontadas as deduções da receita corrente, totalizaram R\$ 18.736,2 milhões, o que representa um aumento nominal de 21,6% em relação ao mesmo período de 2011. Em termos reais, a arrecadação apresentou um aumento de 15,9% (Tabela 2.2).





Tabela 2.1
Comparativo Receita Mensal - PMSP

	Jun	2012	Var.	
	2011		Nom	Real
Receitas correntes	2.264.596.043	2.553.437.349	12,8%	7,5%
IPTU	323.197.844	339.296.605	5,0%	0,1%
ITBI	101.500.223	91.581.751	-9,8%	-14,0%
ISS	655.028.344	799.988.987	22,1%	16,4%
ICMS	432.365.377	483.671.201	11,9%	6,6%
IPVA	74.813.661	64.962.417	-13,2%	-17,2%
IR	86.502.447	103.408.965	19,5%	13,9%
FUNDEB	189.190.629	199.718.513	5,6%	0,6%
SUS	81.332.128	102.610.147	26,2%	20,2%
FPM	16.278.645	14.154.251	-13,1%	-17,1%
PPI	33.375.711	54.301.841	62,7%	55,1%
Multas de Trânsito	50.186.505	59.346.199	18,3%	12,7%
Demais Rec. Correntes	220.824.530	240.396.471	8,9%	3,8%
(-) Deduções das Rec. Correntes	(117.437.398)	(117.831.600)	0,3%	-4,4%
Rec. Correntes menos Deduções (A)	2.147.158.645	2.435.605.749	13,4%	8,1%
Rec. Capital (B)	27.280.709	992.439.686	3537,9%	3367,3%
Total de Receitas (A+B)	2.174.439.354	3.428.045.435	57,7%	50,3%

Fonte: SÓF posição em 30/07/2012

Tabela 2.2
Comparativo Receita Acumulada - PMSP

	Jan-Jun	2012	Var.	
	2011		Nom	Real
Receitas Correntes	15.829.789.613	17.600.067.986	11,2%	6,0%
IPTU	2.871.487.861	3.171.617.267	10,5%	5,3%
ITBI	503.917.027	554.082.149	10,0%	4,8%
ISS	3.876.984.998	4.611.314.621	18,9%	13,4%
ICMS	2.822.196.508	2.968.879.076	5,2%	0,3%
IPVA	1.544.984.452	1.647.964.248	6,7%	1,7%
IR	448.152.298	515.085.359	14,9%	9,5%
FUNDEB	1.351.408.165	1.363.904.177	0,9%	-3,8%
SUS	534.641.534	608.880.260	13,9%	8,5%
FPM	96.323.306	88.987.367	-7,6%	-11,9%
PPI	259.648.260	395.543.403	52,3%	45,2%
Multas de Trânsito	315.010.146	371.276.419	17,9%	12,3%
Demais Rec. Correntes	1.205.035.058	1.302.533.640	8,1%	3,0%
(-) Deduções da Rec. Correntes	(921.512.801)	(967.102.205)	4,9%	0,0%
Rec. Correntes menos Deduções (A)	14.908.276.812	16.632.965.781	11,6%	6,3%
Rec. Capital (B)	496.467.017	2.103.268.872	323,6%	303,8%
Total de Receitas (A+B)	15.404.743.829	18.736.234.653	21,6%	15,9%

Fonte: SÓF posição em 30/07/2012

Gráfico 2.1
Receita Arrecadada Mensal
valores em R\$ bilhões



Fonte: SOF - posição 30/07/2012

O Gráfico 2.1 ilustra o comparativo da evolução mensal da receita arrecadada total (corrente + capital) pela PMSP em 2011 e 2012.

2.2 Despesa Liquidada - PMSP

2.2.1 Acompanhamento da Despesa Liquidada – PMSP

No mês de junho de 2012, a despesa liquidada pela Administração Direta (PMSP), excluindo a Câmara Municipal de São Paulo e Tribunal de Contas do Município de São Paulo, foi de R\$ 2.532 milhões, representando aumento real de 12,2% frente ao mês junho do ano anterior. Desse montante, R\$ 2.184 milhões foram despesas correntes e R\$ 350 milhões, despesas de capital. Quando comparadas com junho de 2011, as despesas correntes tiveram aumento real de 7,1%, enquanto que as despesas de capital apresentaram crescimento de 58,4%. (Tabela 2.3).

Tabela 2.3
Comparativo da Despesa Liquidada no Mês - PMSP

	Jun		Var.	
	2011	2012	Em %	Real
Despesas Correntes	1.942.000.301	2.184.628.145	12,5%	7,1%
1 Pessoal e Encargos Sociais	657.587.689	749.973.883	14,0%	8,6%
2 Juros e Encargos da Dívida	212.591.892	216.968.971	2,1%	-2,8%
3 Outras Despesas Correntes	1.071.820.720	1.217.685.291	13,6%	8,2%
Despesas de Capital	210.559.506	350.179.776	66,3%	58,4%
4 Investimentos	138.908.265	264.462.570	90,4%	81,3%
5 Inversões Financeiras	2.841.419	1.500.000	-47,2%	-49,7%
6 Amortização da Dívida	68.809.822	84.217.206	22,4%	16,6%
Total	2.152.559.807	2.534.807.921	17,8%	12,2%

Fonte: SOF - posição 19/07/2012

Obs.: excluídos valores referentes à Câmara Municipal de São Paulo e ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo.



No acumulado do ano, as despesas liquidadas, excluindo a Câmara Municipal de São Paulo e Tribunal de Contas do Município de São Paulo, somaram R\$ 12.782 milhões, 17,2% maior, em termos nominais, que as despesas liquidadas no mesmo período de 2011. Descontada a inflação, houve um aumento real de 11,7%, sendo que as despesas correntes tiveram aumento real de 8,8% e as despesas de capital, aumento real de 35,2% (Tabela 2.4).

Tabela 2.4
Comparativo da Despesa Liquidada – PMSP

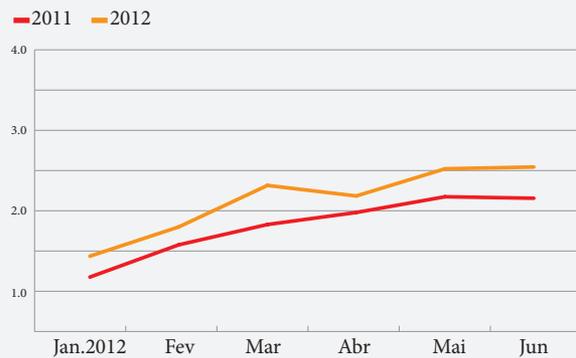
	Jan-Jun		Var [%]	
	2011	2012		Real
Despesas Correntes	9.742.025.101	11.132.795.534	14,3%	8,8%
1 Pessoal e Encargos Sociais	3.445.426.398	3.854.038.352	11,9%	6,5%
2 Juros e Encargos da Dívida	1.269.108.985	1.291.534.095	1,8%	-3,1%
3 Outras Despesas Correntes	5.027.489.718	5.987.223.088	19,1%	13,4%
Despesas de Capital	1.161.841.187	1.649.617.578	42,0%	35,2%
4 Investimentos	707.174.402	1.095.078.584	54,9%	47,5%
5 Inversões Financeiras	14.813.902	19.304.630	30,3%	24,1%
6 Amortização da Dívida	439.852.884	535.234.364	21,7%	15,9%
Total	10.903.866.288	12.782.413.112	17,2%	11,7%

Fonte: SOF - posição 19/07/2012

Obs.: excluídos valores referentes à Câmara Municipal de São Paulo e ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

O Gráfico 2.2 ilustra o comparativo da evolução da despesa liquidada mensal pela PMSP, em 2011 e 2012.

Gráfico 2.2
Despesa Mensal Liquidada
valores em R\$ bilhões



Fonte: SOF - posição 19/07/2012

Obs.: excluídos valores referentes à Câmara Municipal de São Paulo e ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo



A Tabela 2.5 contém as despesas liquidadas detalhadas por órgão até o mês de junho dos anos de 2011 e 2012. Foram excluídos a Câmara Municipal de São Paulo e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, tratados separadamente no item 3.

Tabela 2.5
Comparativo da Despesa Liquidada por Órgão

Órgão	Jan-Jun		Var.	
	2011	2012		
11	Secretaria do Governo Municipal	142.739.879	230.384.812	61%
12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	176.241.078	290.880.095	65%
13	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	72.898.950	74.979.393	3%
14	Secretaria Municipal de Habitação	284.758.103	213.631.301	-25%
16	Secretaria Municipal de Educação	2.602.356.496	3.096.641.973	19%
17	Secretaria Municipal de Finanças	96.966.768	103.411.694	7%
18	Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde	2.129.270.255	2.388.424.333	12%
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	76.617.879	82.923.060	8%
20	Secretaria Municipal de Transportes	464.103.544	582.664.849	26%
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	64.829.474	72.932.770	12%
22	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	81.991.063	211.523.012	158%
23	Secretaria Municipal de Serviços	448.004.875	639.450.585	43%
24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	118.408.947	102.506.893	-13%
25	Secretaria Municipal de Cultura	112.354.970	116.454.229	4%
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	62.989.994	76.708.405	22%
28	Encargos Gerais do Município	2.752.907.684	2.978.184.624	8%
30	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico e do Trabalho	24.308.369	19.252.548	-21%
31	Secretaria Municipal de Relações Internacionais	1.365.125	2.042.092	50%
32	Ouvidoria Geral do Município de São Paulo	1.210.633	1.174.964	-3%
34	Secretaria Municipal de Participação e Parceria	23.825.171	45.519.040	91%
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	2.271.697	4.967.447	119%
37	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	24.152.333	20.788.976	-14%
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	129.837.919	128.102.817	-1%
41	Subprefeitura Perus	7.530.569	8.470.181	12%
42	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	9.966.003	10.957.760	10%
43	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	9.421.375	9.942.963	6%
44	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	6.948.783	7.735.239	11%
45	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	10.724.084	10.838.043	1%
46	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	8.926.177	8.770.141	-2%
47	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	10.515.333	9.801.704	-7%
48	Subprefeitura Lapa	11.308.432	12.087.752	7%
49	Subprefeitura Sé	20.036.413	19.499.608	-3%
50	Subprefeitura Butantã	12.808.674	13.044.685	2%
51	Subprefeitura Pinheiros	13.357.339	12.312.869	-8%
52	Subprefeitura Vila Mariana	12.182.212	12.255.908	1%
53	Subprefeitura Ipiranga	12.304.580	13.540.090	10%
54	Subprefeitura Santo Amaro	11.517.323	13.259.239	15%
55	Subprefeitura Jabaquara	9.214.490	9.914.183	8%
56	Subprefeitura Cidade Ademar	9.231.993	9.097.762	-1%
57	Subprefeitura Campo Limpo	13.722.237	13.828.913	1%
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	9.194.144	11.698.460	27%
59	Subprefeitura Capela do Socorro	10.959.359	12.579.089	15%
60	Subprefeitura Parelheiros	7.731.650	8.556.173	11%

Fonte: SOF - posição 19/07/2012



Tabela 2.5
Comparativo da Despesa Liquidada por Órgão

Órgão	Jan-Jun 2011	2012	Var.
61 Subprefeitura Penha	14.436.140	14.998.406	4%
62 Subprefeitura Ermelino Matarazzo	8.704.007	8.521.192	-2%
63 Subprefeitura São Miguel	11.927.579	14.087.077	18%
64 Subprefeitura Itaim Paulista	9.165.942	10.693.684	17%
65 Subprefeitura Moóca	12.328.252	13.705.882	11%
66 Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	10.538.824	11.998.030	14%
67 Subprefeitura Itaquera	11.226.339	12.173.979	8%
68 Subprefeitura Guaianases	11.163.375	12.391.658	11%
69 Subprefeitura Vila Prudente/Sapopemba	11.103.523	11.986.823	8%
70 Subprefeitura São Mateus	13.044.765	15.316.957	17%
71 Subprefeitura Cidade Tiradentes	7.441.492	7.639.849	3%
86 Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	66.781.472	145.103.453	117%
87 Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	278.316.251	311.748.138	12%
88 Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural			
89 Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação			
90 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	11.953.158	17.391.911	46%
91 Fundo Municipal de Habitação			
93 Fundo Municipal de Assistência Social	226.360.815	280.275.979	24%
94 Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	2.384.330	8.833.536	270%
95 Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	1.499.830	2.676.186	78%
96 Fundo Municipal de Turismo	175.000	380.000	117%
97 Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano			
98 Fundo de Desenvolvimento Urbano	25.634.173	93.226.259	264%
99 Fundo Municipal de Iluminação Pública	57.668.643	77.523.443	34%
Total Geral	10.903.866.288	12.782.413.112	17,2%

Fonte: SDF - posição 19/07/2012



3 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DA CMSP E TCMSP

Conforme o art. 29-A da Constituição Federal - CF, o total de despesas do Legislativo Municipal não poderá ultrapassar, no caso de São Paulo, município com população acima de 8 milhões de habitantes, 3,5% da base de receita, relativa ao ano anterior, composta pelo somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º

do art. 153 e nos artigos 158 e 159 da Carta Magna. Até 2009, o limite de despesas era de 5% da mesma base de receitas.

No mês de junho/2012, as despesas liquidadas da CMSP e do TCMSP totalizaram, respectivamente, R\$ 31.828.912,36 e R\$ 15.590.410,17, sendo esses valores provisórios, sujeitos a alterações posteriores.

O Gráfico 3.1 ilustra a evolução anual do percentual de despesas² referente ao primeiro semestre da CMSP e do Tribunal de Contas de São Paulo - TCMSP em relação à base de receitas do art. 29-A da CF.

As despesas liquidadas (adotando o regime de competência) da CMSP estão divididas em três grupos: pessoal (despesas liquidadas, excluindo inativos), grandes despesas e outras despesas (ambas despesas liquidadas com ajuste pelo valor de empenho anual).

Com base em série histórica com início em 2002, foram definidos como “Grandes Despesas CMSP” os itens de gastos que correspondem a cerca de

Tabela 3.1
Comparativo da Despesa Liquidada
CMSP e TCM – em R\$

Órgão	Jan-Jun 2011	2012
	CMSP	154.632.909
TCM	84.193.905	15.590.410
CMSP + TCM	238.826.815	47.419.323

Fonte: CMSP - http://www.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=119 e TCM - <http://www.tcm.sp.gov.br/relatorios/Contabilidade/2011/022012.pdf>



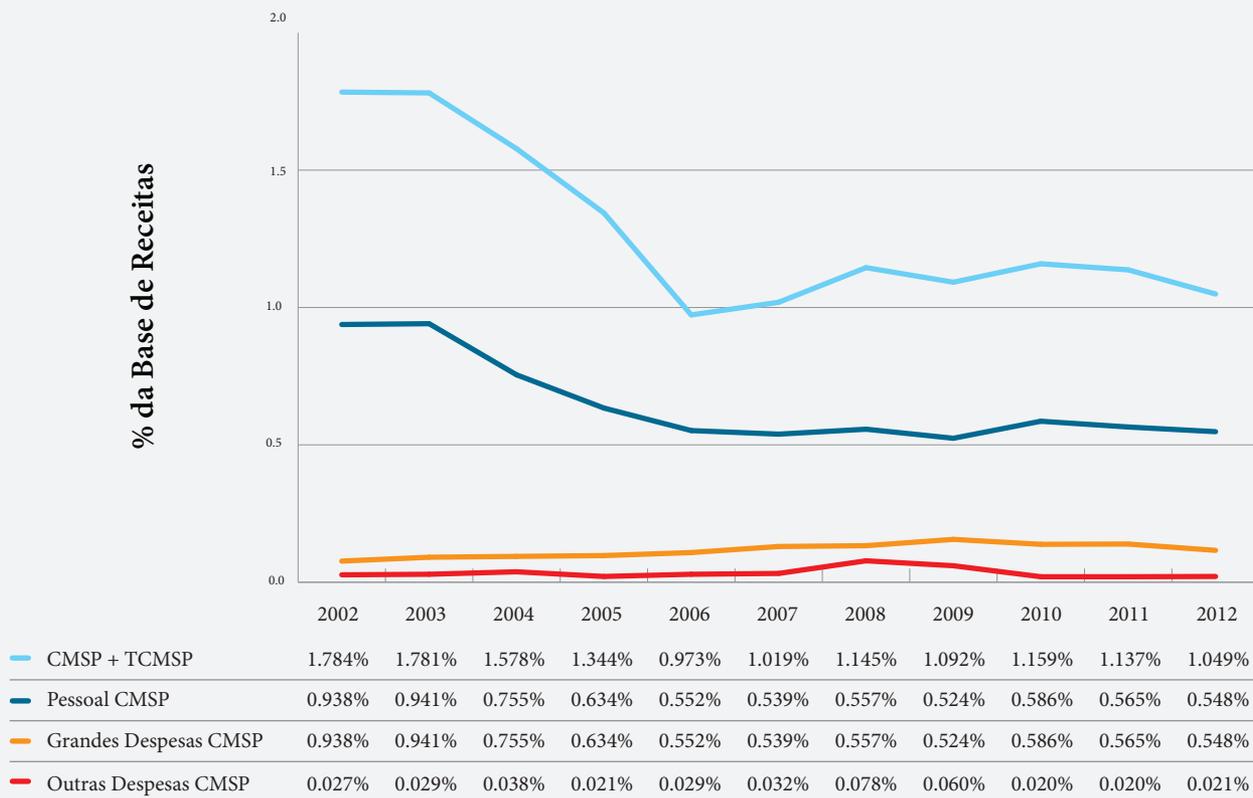
^[2] Fontes de dados CMSP: sistemas CETIL e GIAP; dados TCMSP: sistemas NOVOSEO e SOF.



Gráfico 3.1

Evolução da Despesa Liquidada: CMSP e TCMSP – até junho/2012

Em % da Base de Receitas do art. 29A, CF



Fontes: CMSP - CETIL e GIAP; TCMSP - NOVOSEO, SOF e Relatório de Execução Orçamentária do TCM

80% das despesas da Câmara, excetuando pessoal, quais sejam: programas televisivos, vale-refeição, estagiários, correio, limpeza, Eletropaulo, publicidade, Prodam, sistema de RH, conservação predial, vale-transporte, telefonia, locação de veículos, digitalização, combustível e verba de gabinete (elemento de despesa Indenizações e Restituições).

A despesa liquidada pelo Poder Legislativo (CMSP + TCMSP) nos primeiros seis meses de 2012 foi de 1,049% da base de receita, semelhante ao padrão histórico de execuções anteriores, como pode ser observado no gráfico a seguir. Ressalte-se, ademais, que, no presente exercício, estão sendo realizadas obras no térreo do edifício da Câmara (orçadas em R\$ 10,4 milhões), despesa excepcional que não ocorreu nos exercícios anteriores do período considerado e que estão sendo registradas no grupo “Outras Despesas – CMSP”.

4 ÍNDICES DE ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA³

Os índices de aderência orçamentária por programa são divulgados, trimestralmente, no Indicador Paulistano. Esses índices visam estipular uma “nota” para execução orçamentária, sendo 1 a nota máxima e 0 a nota mínima.

O Índice de Aderência Absoluta - IAA procura indicar desvios dos valores executados em relação ao que estava inicialmente previsto no orçamento. Quando um programa for executado exatamente como estava orçado, o IAA desse programa será 1, o que significa que a sua execução seguiu à risca, em termos de valores, o que estava orçado, obtendo o valor máximo do índice. Se o programa, por exemplo, for executado com 20% a mais (ou a menos) do que estava previsto, o IAA “punirá” esse desvio em 0,2, dando um resultado final de 0,8.

O Índice de Aderência Relativa - IAR leva em conta o desvio em termos do peso de cada programa dentro do orçamento. Como o IAA, o índice varia de 0 a 1. Assim, por exemplo, se em um orçamento de R\$ 100,00 houver quatro programas recebendo R\$ 25,00 cada um (25% do orçamento para cada), na execução cada programa terá que corresponder a 25% do executado para que o seu respectivo IAR seja máximo. Seguindo o exemplo, se o valor executado do orçamento de R\$100,00 mudar para R\$ 200,00, mas cada programa continuar recebendo 25% desse novo valor (ou seja, R\$ 50,00 cada), o IAR continuará sendo máximo, pois o que este índice busca capturar são mudanças de peso de cada programa no executado em comparação ao orçado, mudanças inexistentes no nosso exemplo.

⁽³⁾ A metodologia dos índices foi apresentada no Boletim nº 13 - Julho/11, páginas 24 até 26, disponível em: <http://www2.camara.sp.gov.br/CTE0/BOLETIM-13jul2011.pdf>





No primeiro semestre de 2012, o IAA global ficou em 0,39, acima do índice para o mesmo período do ano passado, de 0,34. Dentre os cinco maiores programas do Orçamento 2012, que representam 55,3% do total, “Acesso à saúde e qualidade no atendimento - Integralidade da atenção” e “Acesso à educação e qualidade do ensino - Ensino fundamental” apresentaram os maiores IAAs, respectivamente, 0,46 e 0,45. No primeiro caso, houve uma piora em relação ao 1º semestre de 2011 (índice de 2011 era 0,48), enquanto o segundo programa apresentou melhora (índice de 2011 foi de 0,35). É importante ressaltar que como os dados se referem à execução até o mês de junho, é natural nenhum programa alcançar IAAs próximos a 1.

Em termos de IAR, o índice global também melhorou em relação ao 1º semestre do ano passado: 0,79 contra 0,71. Entre os cinco maiores programas, o maior índice foi de “Encargos Especiais”⁴, de 0,92, e “Suporte Administrativo”⁵, de 0,87. A Tabela 4.1 apresenta os IAAs e os IARs dos programas do Orçamento 2012.

.....
^[4] Conforme definido no PPA 2010-2013, os ‘Encargos Especiais’ têm por objetivo alocar recursos orçamentários destinados ao pagamento de despesas do serviço da dívida pública, precatórios, ações trabalhistas e outros encargos.

^[5] Conforme definido no PPA 2010-2013, o programa tem por objetivo possibilitar a execução de todas as atividades dos diversos órgãos do modo mais eficiente possível, por meio do provimento dos meios administrativos necessários, como reformas, aparelhamento e manutenção dos mais diversos espaços.

Tabela 4.1
Índices de Aderências Absoluta (IAA) e Relativa (IAR) por Programa

Órgão	Descrição do programa	Orçado.2012	Jun.12			2011	2012	2013
			2012	TE**	IAA			
			TV*		IAA	IAR	IAR	
0000	Encargos Especiais	5.249.097.360	-1%	42%	0,42	0,51	0,92	0,50
1111	Acesso à saúde e qualidade no atendimento - Integralidade da atenção	2.918.951.987	1%	45%	0,46	0,48	0,83	0,58
1112	Acesso à saúde e qualidade no atendimento - Fortalecimento de assistência a saúde	217.433.000	-56%	15%	0,07	0,02	0,17	0,06
1113	Acesso à saúde e qualidade no atendimento - SUS com qualidade	728.758.748	-1%	39%	0,38	0,35	0,99	0,97
1114	Acesso à saúde e qualidade no atendimento - Assistência farmacêutica	217.638.250	-1%	30%	0,30	0,28	0,77	0,82
1121	Acesso à educação e qualidade do ensino - Educação infantil	3.216.808.871	0%	44%	0,44	0,33	0,86	0,98
1122	Acesso à educação e qualidade do ensino - Ensino fundamental	2.609.145.163	2%	44%	0,45	0,35	0,85	0,97
1123	Acesso à educação e qualidade do ensino - Educação de jovens e adultos	12.149.151	8%	29%	0,31	0,26	0,80	0,78
1124	Acesso à educação e qualidade do ensino - Educação integrada	275.857.484	2%	44%	0,45	0,37	0,84	0,91
1125	Acesso à educação e qualidade do ensino - Educação especial	74.177.199	12%	34%	0,38	0,22	0,97	0,66
1126	Acesso à educação e qualidade do ensino - Ampliação do tempo de permanência do aluno	13.640.783	1%	32%	0,33	0,35	0,83	0,97
1127	Acesso à educação e qualidade do ensino - Formação, Avaliação e Aprimoramento do Ensino	79.615.182	0%	30%	0,30	0,15	0,76	0,44
1128	Acesso à educação e qualidade do ensino - Alimentação escolar	632.348.378	0%	23%	0,23	0,22	0,59	0,66
1131	Acesso à moradia - Urbanização de favelas	992.995.632	6%	21%	0,22	0,18	0,57	0,53
1132	Acesso à moradia - Regularização fundiária	35.370.445	29%	28%	0,35	0,09	0,91	0,27
1133	Acesso à moradia - Ações de habitação	108.511.724	0%	31%	0,31	0,34	0,80	0,99
1141	Fortalecimento da rede de proteção social - Básica	453.966.073	0%	36%	0,36	0,31	0,91	0,93
1142	Fortalecimento da rede de proteção social - Especial	241.952.987	13%	41%	0,47	0,40	0,81	0,81
1143	Fortalecimento da rede de proteção social - Assistência Geral	263.026.544	-7%	34%	0,32	0,30	0,81	0,88
1150	Ampliação das políticas de inclusão para cidadãos com deficiência e mobilidade reduzida	8.905.791	-17%	2%	0,01	0,02	0,03	0,07
1160	Defesa dos direitos humanos	67.833.889	-3%	10%	0,09	0,06	0,24	0,17
1170	Ampliação da proteção ao cidadão	469.518.797	8%	30%	0,32	0,30	0,83	0,90
1210	Cidade mais verde	377.843.051	3%	26%	0,26	0,17	0,67	0,50
1220	Preservação dos recursos hídricos	662.658.765	-10%	12%	0,11	0,25	0,29	0,75
1230	Melhoria da drenagem urbana	678.764.930	-9%	17%	0,15	0,11	0,39	0,33
1240	Gestão adequada dos resíduos sólidos	1.238.913.811	23%	41%	0,51	0,39	0,70	0,84
1250	Redução das emissões de poluentes na atmosfera	13.968.665	22%	5%	0,06	0,08	0,14	0,24
1261	Melhoria da mobilidade urbana - Eficiência no trânsito	710.696.235	-1%	40%	0,40	0,44	0,98	0,70
1262	Melhoria da mobilidade urbana - Transporte público	1.275.602.045	33%	35%	0,47	0,36	0,80	0,92
1263	Melhoria da mobilidade urbana - Integração metropolitana	816.976.000	-8%	19%	0,17	0,03	0,45	0,09

* TV - Taxa de Variação (ou Remanejamento): mede a variação percentual dos créditos orçamentários [Atualizado menos Orçado] sofrida por um programa qualquer em relação ao orçamento inicialmente aprovado. Quanto maiores forem os remanejamentos líquidos, maior será o índice. ** TE - Taxa de Execução Orçamentária: mede o percentual do Atualizado (Orçado + Remanejamento) que foi executado.



Tabela 4.1

Índices de Aderências Absoluta (IAA) e Relativa (IAR) por Programa

Órgão	Descrição do programa	Orçado.2012	Jun.12		IAA	IAA	IAR	IAR
			2012	2011				
			TV*	TE**				
1270	Ações de economia sustentável	13.197.700	693%	2%	0,18	0,05	0,46	0,15
1280	Incentivo à cultura de paz	262.600	-31%	21%	0,15	0,01	0,37	0,04
1310	Fortalecimento/Requalificação do Centro - BID	96.382.178	-6%	30%	0,29	0,09	0,73	0,27
1320	Incentivo à produção cultural e à interação criativa	128.749.688	-11%	29%	0,25	0,27	0,65	0,80
1330	Consolidação da cidade como marco nacional em esporte e lazer	329.032.324	4%	24%	0,25	0,24	0,63	0,70
1340	Afirmação da cidade como referência mundial em eventos e turismo	179.841.186	3%	51%	0,52	0,24	0,66	0,72
1410	Estímulo ao emprego e à qualificação dos trabalhadores	58.525.529	14%	39%	0,45	0,16	0,86	0,49
1420	Incentivo ao empreendedorismo e ao ambiente de negócios	6.202.000	-8%	2%	0,02	0,02	0,04	0,06
1430	Atração de novos parceiros e investimentos internacionais	2.320.000	0%	19%	0,19	0,13	0,47	0,39
1440	Priorização de áreas estratégicas para a criação de empregos e negócios	119.219.000	-17%	0%	0,00	0,00	0,00	0,00
1450	Promoção do desenvolvimento econômico e social da Zona Leste	10.351.000	-2%	1%	0,01	0,44	0,03	0,69
1460	Aprimoramento da infraestrutura urbana	870.743.129	-12%	32%	0,28	0,18	0,71	0,53
1510	Agilidade nos processos internos	46.124.000	70%	37%	0,62	0,17	0,40	0,50
1520	Eficiência e transparência na gestão dos recursos	4.129.999	11%	1%	0,02	0,06	0,04	0,19
1530	Qualidade da receita e da despesa	4.836.614	38%	27%	0,38	0,23	0,96	0,69
1540	Capacitação do funcionalismo	15.480.729	-1%	25%	0,24	0,07	0,63	0,22
2110	Melhoria da qualidade do ensino - Ensino Médio	41.987.761	4%	42%	0,43	0,09	0,89	0,26
2120	Melhoria da qualidade do ensino - Ensino Profissional	501.219	116%	19%	0,40	0,17	0,97	0,51
2130	Defesa Civil - Prevenção e Emergência	35.247.473	1%	21%	0,22	0,17	0,55	0,50
2140	Serviço Funerário	1.000	0%	0%	0,00	0,00	0,00	0,00
2210	Gerenciamento do sistema de abastecimento	3.414.560	90%	5%	0,10	0,14	0,25	0,40
2310	Patrimônio histórico, artístico e arqueológico	57.268.217	43%	30%	0,43	0,35	0,89	0,96
2320	Promoção de atividades culturais	88.952.812	61%	28%	0,46	0,20	0,83	0,59
2610	Suporte administrativo	4.102.494.600	1%	44%	0,44	0,37	0,87	0,90
2620	Sistema de informação e processamento de dados	368.726.465	4%	28%	0,29	0,36	0,75	0,95
2910	Ile de France	2.453.561	79%	6%	0,11	0,05	0,27	0,16
2920	Divulgação Oficial	127.120.000	0%	65%	0,65	0,34	0,35	1,00
2930	Projeto de Inclusão Social Urbana - Nós do Centro/ União Européia	16.783.197	0%	0%	0,00	0,00	0,00	0,00
2940	Previdência dos servidores	1.350.326.955	0%	44%	0,44	0,44	0,88	0,70
2950	Benefícios a servidores	5.302.735	0%	40%	0,40	0,36	0,97	0,92
TOTAL GERAL		32.749.105.171			0,39	0,34	0,79	0,71

* TV - Taxa de Variação (ou Remanejamento): mede a variação percentual dos créditos orçamentários [Atualizado menos Orçado] sofrida por um programa qualquer em relação ao orçamento inicialmente aprovado. Quanto maiores forem os remanejamentos líquidos, maior será o índice. ** TE - Taxa de Execução Orçamentária: mede o percentual do Atualizado [Orçado + Remanejamento] que foi executado.

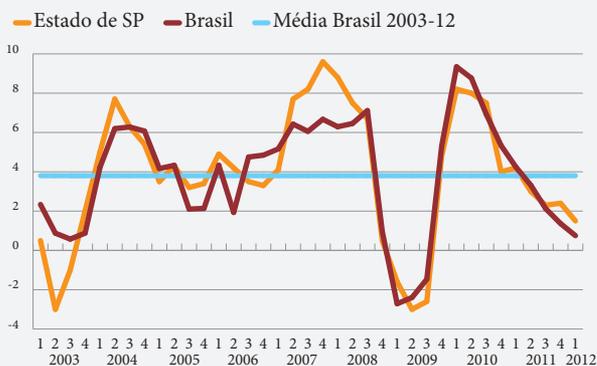


5 EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS ECONÔMICAS 2012 – INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Conforme mencionado na Seção 1 deste Indicador, a economia brasileira segue em desaceleração desde meados de 2010. A economia paulista, de forma correlacionada com a conjuntura nacional, segue da mesma direção. No comparativo trimestral (trimestre sobre o mesmo trimestre do ano anterior) tanto a economia nacional como a paulista crescem, desde o primeiro trimestre de 2011, a um percentual abaixo do percentual de crescimento médio observado desde 2003, de 3,9% (Gráfico 5.1). No primeiro trimestre de 2012, o crescimento atingiu o menor nível desde 2009, 0,8%, no Brasil, e 1,5%, no estado de São Paulo.

Neste contexto de desaceleração, este estudo tem por objetivo apresentar perspectivas da economia para o ano de 2012 e levantar elementos visando contribuir para o entendimento das origens para redução do ritmo de crescimento.

Gráfico 5.1
PIB Paulista e Nacional - Var. % sobre o mesmo trimestre do ano anterior



Fonte: SIBGE (dados nacionais) e SEADE (dados do estado de São Paulo)



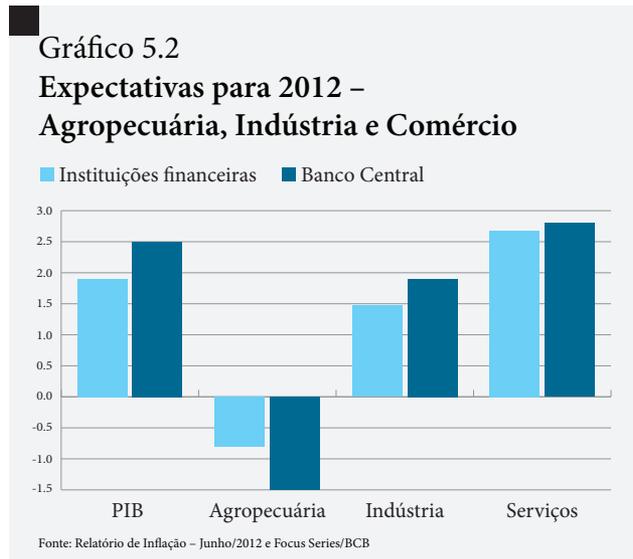


5.1 Perspectivas Econômicas 2012

No mais recente Relatório Trimestral de Inflação (Junho/12), o Banco Central revisou para baixo a sua projeção para o crescimento do PIB 2012 de 3,5% para 2,5%, em razão do atual comportamento abaixo do esperado da atividade econômica. As expectativas das instituições financeiras⁶ são mais baixas, apontando para uma expansão de apenas 1,9% do PIB em 2012.

Setorialmente, o Relatório de Inflação espera que atividade industrial, que compõe 27,5% do PIB, ganhe algum impulso no 2º semestre de 2012, e encerre o ano com crescimento de 1,9%. Na estimativa anterior, o crescimento projetado era de 3,7%. Mais resistente à desaceleração, o setor de serviços, representando 67,0% do PIB, também teve a sua projeção de crescimento revisada para baixo, de 3,3% para 2,8%. No que se refere à agropecuária, que responde por 5,5% do PIB, apesar de o IBGE ter revisto para cima a previsão para 2012 de crescimento da safra de grãos (0,4% em relação à safra de 2011), o Banco Central reduziu sua estimativa, de um crescimento de 3,5% para uma queda de 1,5%.

As expectativas das instituições financeiras são mais pessimistas com relação à indústria, esperando um crescimento de 1,5% da produção industrial. Com relação ao setor de serviços, projetam um crescimento de 2,7%, percentual próximo ao do Banco Central. E, em relação à agropecuária, esperam uma queda menor, de 0,2%. (Gráfico 5.2)



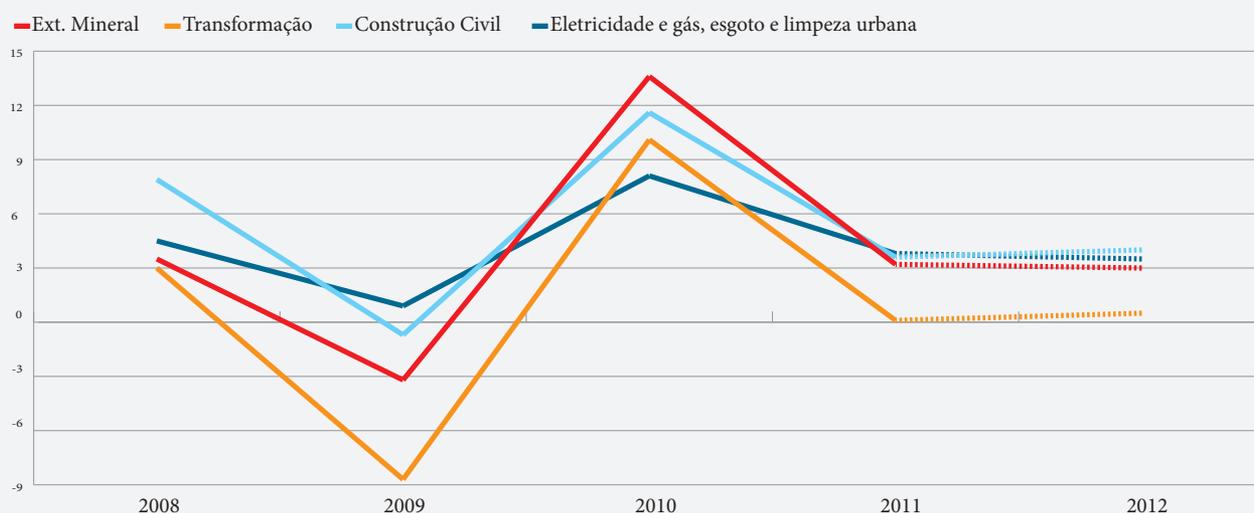
Dentro do setor industrial, tem chamado atenção o desempenho da indústria de transformação⁷, que representa mais da metade da produção in-

^[6] Fonte: Focus Series/BCB – mediana – 27/07/2012

^[7] Compreende as atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes com a finalidade de se obterem produtos novos.

dustrial e tem um significativo efeito dinâmico sobre os demais setores da economia. Após 2010, o crescimento da indústria de transformação tem perdido fôlego, ficando praticamente estagnado em 2011. A projeção do Banco Central é que este setor cresça apenas 0,5% em 2012 (Gráfico 5.3).

Gráfico 5.3
Grupos da Indústria – Cresc. % - 2009 a 2011 e Projeção 2012



Fontes: IBGE – 2008 a 2011 e Relatório de Inflação – Junho/2012/BCB – Projeção 2012

Para os demais grupos abrangidos pelo conceito de indústria do IBGE, o Banco Central espera crescimentos maiores: indústria extrativa mineral, de 3,0%; construção civil, de 4,0%, e produção e distribuição de eletricidade, gás, água e esgoto, de 3,5%.

Além da distribuição setorial (agropecuária, indústria e serviços) do PIB, uma outra possibilidade de desagregá-lo, que contribui para o entendimento do atual quadro da economia brasileira, é pelos seus componentes de demanda agregada. Sob esta ótica, o PIB é o resultado da soma do consumo das famílias (Cf), do consumo do governo (Cg), dos investimentos⁸ (I) e das exportações (X), menos as importações (M):

$$PIB = Cf + Cg + I + X - M$$

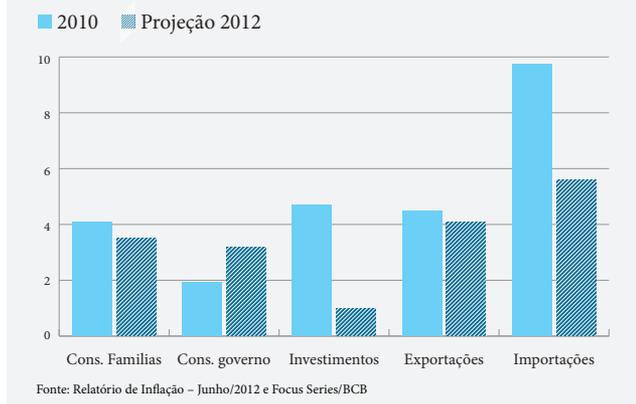
Entre os componentes da demanda, o mais representativo é o consumo

⁽⁸⁾ Tecnicamente, Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) representa a ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos, ou seja, bens produzidos factíveis de utilização repetida e contínua em outros processos produtivos por tempo superior a um ano sem, no entanto, serem efetivamente consumidos.





Gráfico 5.4
PIB pela Ótica da Demanda –
Var.% - 2011 e Projeção BC 2012



mento são as importações, que impacta negativamente o PIB (Gráfico 5.4).

Quando se observa o ocorrido em 2011 e as atuais perspectivas para 2012, deve-se destacar o crescimento das importações e o desempenho do consumo das famílias, que cresceu acima dos 4,0% em 2011 e espera-se que cresça 3,5% em 2012. Assim, é possível depreender que, apesar da desaceleração do ritmo da produção da indústria, a demanda mantém-se aquecida, e tem sido atendida, crescentemente, pelas importações.

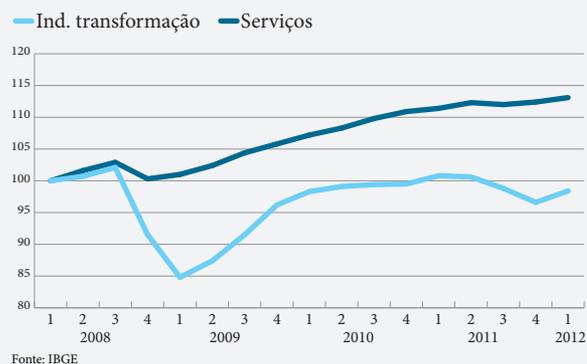
5.2 Evolução Recente da Economia Brasileira – A Indústria de Transformação, os Serviços e o Custo do Trabalho.

O comportamento dos itens da demanda ajuda entender as diferenças de crescimento observado na indústria de transformação e nos serviços. No final de 2008, sob efeitos da crise internacional, os serviços e, sobretudo, a indústria sofreram queda brusca de produção, recuperando se ao longo de

2009. Enquanto o setor de serviços seguiu crescendo, a indústria estagnou, a

das famílias, que corresponde a 64,4% do PIB. O Banco Central projeta que, em 2012, o consumo das famílias cresça 3,5%. Para os investimentos, que representam cerca de 19,0% do PIB, é estimada uma taxa de crescimento de 1,0%, a menor entre os itens da demanda. O componente para o qual é esperado o maior crescimento

Gráfico 5.5
Evolução Trimesral da Produção – Ind. de
Transformação e Serviços – Índice
Ajustado Sazonalmente – 2008 a 2012



partir de 2010, e encolheu a sua produção, ao longo de 2011, (Gráfico 5.5).

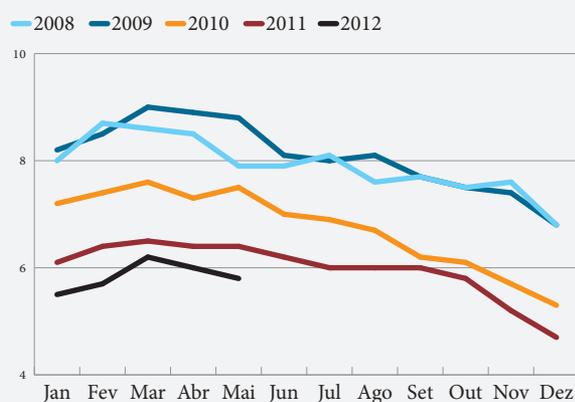
Em parte, o desempenho da indústria está relacionado ao contágio da crise externa. A produção industrial mundial apresentou uma retração no seu crescimento. No entanto, estudos⁹ recentes têm apontado que o contágio externo não é capaz de explicar totalmente o comportamento da indústria brasileira, devendo ser levados em consideração outros fatores, dentre os quais as análises destacam o aumento do custo do trabalho.

Após a crise internacional de 2008, o governo federal agiu, principal-

mente através da redução da taxa de juros e expansão do crédito, estimulando a demanda interna e fazendo com a economia se recuperasse fortemente ao longo de 2009.

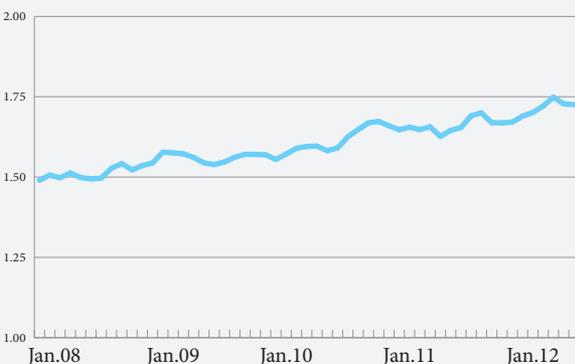
Os estímulos dados à demanda serviram para aquecer a economia e elevar o volume de contratação de mão de obra, sobretudo no setor de serviços, que emprega cerca de 3 vezes mais trabalhadores que a indústria. Conforme pode ser visto no Gráfico 5.6, apesar do baixo crescimento da indústria nos últimos trimestres, a taxa de desocupação da população economicamente ativa encontra-se em um nível historicamente baixo.

Gráfico 5.6
Taxa de Desocupação (%) - IBGE



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - PME-IBGE

Gráfico 5.7
Evolução do Salário Real Médio - em mil R\$ - a preços de jun/12



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - PME-IBGE

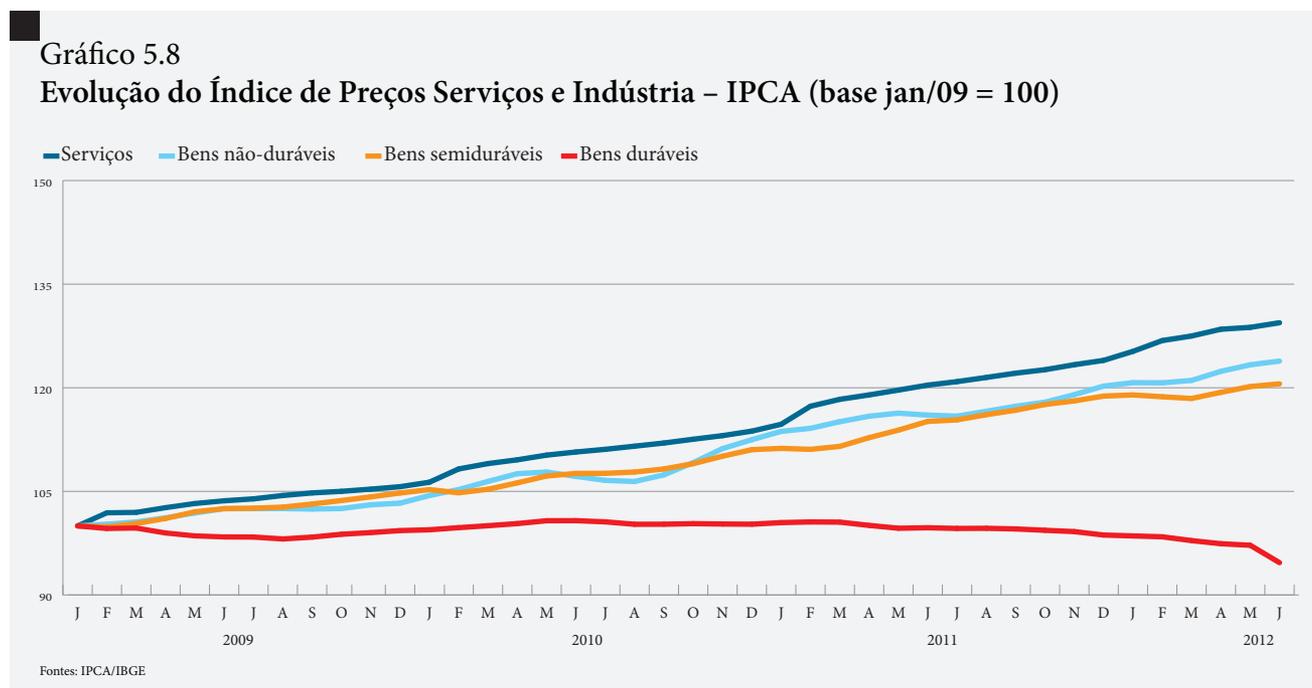
^[9] 'Competitividade Industrial, Investimentos Produtivos e Retomada do Crescimento Econômico', Conjuntura em Foco - IPEA, disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura_em_foco/120703_conjunturaemfocojunho.pdf.

'Por que a produção industrial não cresce desde 2010?' de Affonso Celso Pastore, Marcelo Gazzano e Maria Cristina Pinotti, disponível em: http://www.acpastore.com/imagens/pastore_gazzano_pinotti.pdf



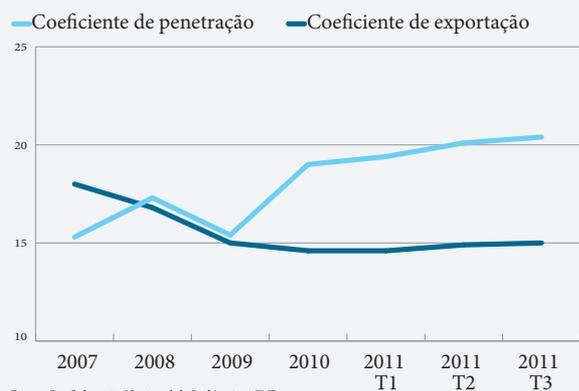
Neste período, a expansão do setor de serviços e construção civil elevou a demanda por mão de obra, provocando uma queda da taxa de desemprego, que se acentuou no final de 2010. Com o mercado de trabalho operando próximo de uma situação de pleno emprego, ocorreu, como consequência, um progressivo aumento dos salários reais (Gráfico 5.7).

O aumento real do salário médio, quando é não seguido por aumento de produtividade da mão de obra, impacta os custos das empresas, que tendem a repassar o aumento de custos para preços finais. No caso da indústria de transformação, que está exposta a competição internacional, a possibilidade de repasse é mais limitada. Enquanto o nível de preços do setor de serviços subia ao ritmo mais acelerado, os bens produzidos pela indústria não acompanharam o mesmo ritmo. Como o Gráfico 5.8 ilustra, o índice de preço dos bens duráveis apresenta deflação no acumulado desde janeiro de 2009.



Desta forma, configura-se um cenário no qual o aquecimento da demanda interna eleva salários e custos da indústria, e, no âmbito internacional, há uma conjuntura desfavorável, com queda da produção e redução de preços industriais, que limita o repasse de aumento de custo para o preço final, e, desta forma, reduz a competitividade da indústria de transformação nacio-

Gráfico 5.9
Coefficientes de Penetração e de Exportação da Indústria de Transformação



Fonte: Confederação Nacional da Indústria - CNI

nal. Nesse contexto, as políticas de estímulo à demanda provocam um efeito adverso para a indústria, tornando-se necessárias ações de mais longo prazo que caminhem na direção da redução de custos e do aumento da produtividade para a indústria.

O Gráfico 5.9 sintetiza esse quadro de perda de competitividade, mostrando um firme crescimento da participação de bens importados no consumo doméstico. O co-

eficiente de penetração de importações, que representa o percentual do consumo interno que é atendido pelas importações, tem apresentado aumentos a partir de 2010. Já o coeficiente de exportação, que indica o percentual de valor total da produção é destinado às exportações, está estagnado desde a sua queda após a crise de 2009.



